

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	23
1. INTRODUÇÃO	25
2. O CONSENSO NO PROCESSO PENAL.....	31
2.1. A concepção habermasiana de consenso direcionada ao processo penal.....	41
2.1.1. A teoria da ação comunicativa e a formação de um consenso válido.....	42
2.1.2. A visão habermasiana de consenso no contexto da justiça criminal.....	51
3. JUSTIÇA PENAL CONSENSUAL	59
3.1. Aproximação conceitual.....	59
3.2. Fatores de emergência.....	62
3.3. Fundamentos legitimadores.....	65
3.4. Instrumentos e procedimentos.....	76
3.5. Controvérsias e críticas.....	97
4. O MODELO NORTE-AMERICANO DE JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA	123
4.1. Noções sobre o processo penal estadunidense.....	124
4.2. O <i>plea bargaining</i>	129
4.2.1. As críticas e as reclamações por reformas no instituto do <i>plea bargaining</i>	140
5. OS MECANISMOS DE SOLUÇÃO POR CONSENSO NO PROCESSO PENAL DE PORTUGAL.....	149
5.1. Suspensão provisória do processo.....	150
5.2. Procedimento sumaríssimo.....	155

5.3. Mediação penal de adultos	160
5.4. Colaboração processual ou arrependimento.....	163
5.5. A confissão integral e sem reservas, seus efeitos e a ausência de previsão legal para a adoção de acordos sobre a sentença penal no modelo português.....	165
6. OS ACORDOS CRIMINAIS NO BRASIL.....	171
6.1. A renunciabilidade de direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito	173
6.1.1. A admissibilidade da renúncia ao exercício de direitos fundamentais pelo acusado a partir da celebração de acordos criminais	187
6.2. Os instrumentos brasileiros de resolução consensual do processo penal.....	200
6.2.1. Composição civil.....	201
6.2.2. Transação penal	203
6.2.3. Suspensão condicional do processo.....	212
6.2.4. Colaboração premiada.....	221
6.2.5. Acordo de não persecução penal	248
6.2.5.1. A ampliação dos espaços de consenso no processo penal e a introdução do ANPP no ordenamento jurídico nacional	248
6.2.5.2. Conceito, natureza jurídica e constitucionalidade	251
6.2.5.3. Cabimento, requisitos e condições	256
6.2.5.4. Procedimento para a formalização da proposta de acordo e eventual recusa do Ministério Público	283
6.2.5.5. Homologação judicial do acordo, eventual recusa do juiz e cumprimento/descumprimento da avença.....	288
6.2.5.6. Vantagens, desvantagens e perigos	294
7. CONCLUSÕES.....	303
REFERÊNCIAS.....	309